



A PARTICIPAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA NA DISTRIBUIÇÃO DA VERBA DO PDDE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JATAÍ – GOIÁS

Sheule Anne Labre Titoto; Renata Machado de Assis

Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, e-mail: sheuleannelabre@hotmail.com

Resumo: Este trabalho teve o intuito de investigar a utilização da verba do Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE) nas escolas públicas de Jataí – Goiás, e os benefícios que a Educação Física (EF) tem conseguido com este programa. O PDDE é um dos programas do governo federal que presta assistência financeira para as escolas públicas, contribuindo para a melhoria da educação deste país. A definição do objeto de estudo surgiu das experiências vivenciadas diretamente na escola, por meio do estágio curricular do curso de licenciatura e da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e de campo, com desenvolvimento de pesquisa descritiva e documental. O instrumento de coleta de dados foi o questionário, aplicado aos sujeitos da pesquisa: diretores das escolas selecionadas, professores de EF e membros da Unidade Executora (UEX) do programa. Para atingir os objetivos, foram utilizados três modelos diferentes de questionários, aplicados aos sujeitos da pesquisa: diretores das escolas selecionadas, professores de EF e membros da UEX do programa. Foi possível perceber certo desconhecimento sobre o que é o PDDE, sobre os subprojetos vinculados a este programa e sobre a forma mais adequada de receber, gerir e socializar as decisões dentro do contexto escolar. Porém, todos os envolvidos na pesquisa relataram a importância do programa para a escola. Os resultados encontrados demonstraram que a EF recebe benefícios do PDDE em todas as escolas pesquisadas, porém não participa de nenhum subprograma específico para esta disciplina. Vários autores subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa, dentre eles Libâneo, Oliveira e Toschi (2006), Moreira (2012), e documentos oficiais disponíveis nos sites do governo.

Palavras-chave: Educação Física, Programa Dinheiro Direto na Escola, Políticas Educacionais.

Introdução

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado com o intuito de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica, e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social. É um dos diversos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que trabalha para a melhoria da educação pública no Brasil.

O objetivo geral na pesquisa foi investigar a utilização da verba do PDDE nas escolas públicas de Jataí, Goiás, e quais são os benefícios que a EF tem conseguido com este programa. Os objetivos específicos foram: conhecer o PDDE, e qual a sua importância para a escola; investigar como é utilizado o programa nas escolas públicas de Jataí, e se consegue atingir o

objetivo proposto; refletir sobre a forma como a EF é pensada e valorizada pela comunidade escolar; e investigar se a EF possui benefícios com a verba do PDDE, e como é a atuação dos profissionais nas decisões sobre este recurso público.

A definição do tema central deste estudo surgiu das experiências vivenciadas diretamente na escola, por meio do estágio curricular do curso de licenciatura e da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid). Por meio desta vivência, notou-se a existência de um grande problema na área da EF: a falta de materiais e de espaço adequado para a prática dos conteúdos da disciplina. Podem ser citados a falta de bolas, tatames, redes, mesas específicas de determinados jogos, bem como o espaço físico inadequado para as práticas corporais, entre outros.

A opção pelo desenvolvimento desta pesquisa se justifica por se considerar a escola como futuro campo profissional de interesse, pois essa pesquisa permitiu desenvolver reflexões sobre como a EF é vista dentro das escolas públicas, e assim compreender os motivos que levam a disciplina a receber ou não as verbas do PDDE, pois existem subprogramas específicos para essa área, e estabeleceu-se como hipótese que se essa verba for destinada à EF, os problemas denotados na escola podem ser amenizados. Diante do exposto, a pergunta norteadora da pesquisa foi: como são utilizados os recursos do PDDE na escola, e de que forma a EF é beneficiada por esta verba?

Existem em todos os governos tendências gerais de se buscar a melhoria da educação, que acontecem devido às pressões e transformações sociais, destacando-se a ampliação de acesso em todos os níveis de ensino, que se tratava do acesso às séries iniciais do ensino fundamental e da redução do analfabetismo. Na década de 1990, também a ampliação do ensino médio e a melhoria da qualidade do ensino passaram a ser o problema e o desafio encontrado (DURHAM, 2010). Desde 1990 as políticas educacionais de países emergentes ou em desenvolvimento passaram a ser formuladas, em boa parte, pelo Banco Mundial (LIBÂNEO, 2013).

Assis (2014) relata as principais mudanças na educação brasileira no mandato de FHC, Lula e Dilma. Sobre o governo de FHC, a autora relata os três eixos básicos que priorizavam a área da saúde, da educação e da economia que o governo procurou melhorar: os programas sociais públicos, os programas básicos e o combate à pobreza. Apesar da tentativa de melhorar o ensino fundamental, houve um retrocesso organizativo e pedagógico na área da educação, e todos os níveis de ensino sofreram mudanças em virtude da privatização e da competitividade empresarial.

No mandato de Lula, a autora relata que a educação também enfatizou o ensino fundamental, com a ampliação de oito para nove anos de duração, porém não voltada para a visão empresarial, e sim para a oferta da educação básica obrigatória e com qualidade. Em relação às ações empreendidas durante o governo Lula, algumas tiveram influência na educação básica, dentre elas houve a ampliação do PDDE, que é o foco deste estudo.

Ainda neste governo foi aprovada a Lei n.11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que regulamentou o ensino fundamental de nove anos, e assegurou a todas as crianças um tempo maior de escolarização. Essa lei alterou a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da LDB de 1996, sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, e com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Também estabeleceu prazo, até o ano de 2010, para todos se ajustassem a essa mudança, o que realmente ocorreu (ASSIS, 2014).

No governo Lula a educação teve um grande avanço em relação aos anteriores, houve aumento de verbas para as escolas, criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), substituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a busca pela garantia de permanência e o acesso à escola, elevando o bom rendimento dos alunos, e a inclusão diretamente ligada na educação. Todos os níveis de ensino foram contemplados, houve a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, ampliação também do ensino superior, incentivo à alfabetização e à educação profissional, aprovação do PDE em 2007, todas essas metas com o intuito de garantir uma educação básica obrigatória e de qualidade (ASSIS, 2014).

No governo Dilma, em relação à educação, destaca-se a manutenção de alguns programas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), continuando a busca pela garantia de acesso à escola de qualidade, houve também a ampliação e construção de Instituições Federais de Educação Tecnológica (Ifet), a criação de 6 mil creches e pré-escolas e 10 mil quadras esportivas cobertas. Foi prevista a ampliação de recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento, aumentando e criando bolsas ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a expansão da internet banda larga em todo o país, inclusive nas escolas (BRASIL, 2015).

Alguns planos e programas na área da educação durante o governo de Dilma podem ser destacados, porém vários desses programas foram iniciados no mandato anterior, ou seja, os programas tiveram continuidade ou foram reformulados e adaptados. Assis (2014) relata que os programas são feitos para a melhoria na educação, porém quando nota-se a realidade da

educação do nosso país acredita-se que existam empecilhos que interferem no seu bom andamento, além de outros problemas de ordem financeira, administrativa e operacional.

Em busca de uma boa qualidade de ensino, é essencial a ampliação e gestão consciente dos recursos para a educação básica, com esse intuito o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) criou os diversos projetos e programas que foram executados no governo da presidente Dilma e que ainda estão em andamento: Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (BRASIL, 2014).

Cada programa tem suas particularidades, e dentre estes, foi selecionado para o desenvolvimento da pesquisa o PDDE, que tem por finalidade a prestação de assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especiais mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (BRASIL, 2014).

O PDDE é um programa que consiste na transferência de recursos, com o objetivo de envolver a comunidade escolar nas decisões da verba e melhorar a qualidade do ensino fundamental (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2006).

No primeiro governo de Lula (2003-2006), o PDDE foi revisto e sofreu modificações, passando a constituir transferência do FNDE diretamente para a escola, com o objetivo de melhorar sua infraestrutura física e pedagógica, assim como o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, para elevar os índices de desempenho da educação básica (BRASIL, 2014).

O recurso do PDDE é repassado para a escola uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola, segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro é destinado à aquisição de material permanente, manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais (BRASIL, 2014).

Para receber os benefícios do PDDE, as escolas que têm mais de cinquenta alunos matriculados devem criar uma Unidade Executora (UEX) para obter diretamente estes recursos. Para escolas com menos de cinquenta alunos matriculados a criação da UEX é optativa, se não houver, a escola poderá receber os benefícios por meio da entidade executora (secretaria de educação ou prefeitura). Os recursos são passados para a escola anualmente, em uma parcela, por meio de depósito feito nas contas bancárias pelo FNDE (BRASIL, 2014).

Existem programas específicos para a área da EF, como Quadras Esportivas. Sabendo que muitas escolas públicas não têm estrutura física para as práticas corporais, houve uma necessidade da construção de um espaço adequado para a melhoria do conhecimento dos conteúdos da EF, e o PDDE, por meio desse programa, incentiva tanto a construção da quadra esportiva como a sua cobertura.

Serão destinados recursos as escolas públicas de educação básica que aderiram ao Programa Mais Educação em 2009 para reforma, ampliação e construção de cobertura de quadras esportivas ou de espaços destinados ao esporte e ao lazer. Para a reforma das quadras ou espaços destinados ao lazer, os repasses serão de R\$ 20 mil (escolas com até 500 alunos) a R\$ 30 mil (unidades com mais de mil estudantes). Os mesmos valores serão repassados para ampliação. Já para a construção de cobertura, o recurso será de R\$ 50 mil. As escolas beneficiárias serão selecionadas pela Secad (BRASIL, 2014, p. 7).

No site oficial do FNDE¹, qualquer indivíduo pode obter informações sobre o PDDE, assim como ter acesso à prestação de contas das escolas que usufruem deste programa, com o objetivo de transparecer a forma como o recurso é utilizado, e fiscalizar se os recursos estão sendo empregados de modo a atingir a meta do programa.

Metodologia

Compreendendo os diversos métodos de pesquisa, e buscando atingir os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. Foi utilizada, para complemento da coleta de dados, a pesquisa documental. Rodrigues (2007) caracteriza a pesquisa descritiva como uma investigação que observa, registra, analisa, classifica e interpreta fatos, porém sem o pesquisador interferir.

O questionário foi o instrumento utilizado para coletar os dados. Gil (2012) conceitua o questionário como “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (p.114), e que constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato.

A previsão seria de investigar as duas escolas da rede pública de ensino de Jataí, Goiás, uma municipal e uma estadual, que apresentassem o maior número de alunos matriculados e, conseqüentemente, que obtiveram a maior quantidade de verba no ano de 2015. No entanto, algumas mudanças precisaram ser feitas, e devido à pouca participação dos membros da UEx, sendo no máximo duas pessoas por escola, decidiu-se desenvolver a investigação em quatro

¹ O site do FNDE pode ser acessado em: <http://www.fnde.gov.br>

escolas, sendo duas municipais e duas estaduais, dentre as que receberam maior verba do PDDE em 2015, acreditando na hipótese de que, se a escola recebe maior verba, possivelmente tem mais possibilidade de destinar o recurso a todas as áreas, inclusive à EF.

Os sujeitos da pesquisa foram: a direção de cada escola, os professores de EF destas escolas, e os membros da UEx do PDDE das quatro escolas selecionadas, que concordaram em participar da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Os nomes dos sujeitos não foram revelados na intenção de manter o anonimato e, conseqüentemente, garantir maior liberdade de expressão nas respostas dadas.

Foram elaborados três questionários, um para cada grupo: um para a direção da escola, contendo quinze perguntas, um para os professores de EF, contendo treze perguntas, e um para os membros da UEx, contendo quinze perguntas. Os questionários recebidos foram tabulados e analisados, permitindo encontrar os resultados da investigação.

Resultados e Discussão

Tanto os diretores das escolas municipais quanto os diretores das estaduais relataram conhecer o PDDE, e citaram que os objetivos do programa são dar condições financeiras, atender às necessidades e viabilizar as ações pedagógicas dentro da escola. Porém, somente um professor de EF municipal e um professor estadual conhecem o programa, e os outros dois afirmaram conhecer parcialmente. Segundo os professores, os objetivos do programa são de contribuir com os gastos pedagógicos, agilizar os investimentos e diminuir a burocracia.

Dos seis membros das unidades executoras, quatro relatam conhecer o programa e apenas dois conhecem parcialmente, sendo um da escola municipal e um da escola estadual. Para os integrantes da UEx, o programa tem como objetivo dar suporte financeiro para a escola, melhorando a estrutura física e pedagógica.

Observou-se que os participantes possuem um conhecimento básico sobre o programa, apesar de não se poder afirmar que as informações obtidas por meio dos questionários respondidos são realmente o que cada sujeito pensa e conhece sobre o PDDE, pois alguns foram devolvidos dias depois, permitindo o acesso à *internet* ou a outras fontes para buscar informações sobre o assunto. Mas as respostas dadas pelos sujeitos, no que se refere aos objetivos do PDDE, coincidem com os que são divulgados pelo governo: o objetivo do PDDE é de melhorar a infraestrutura física e pedagógica, prestar assistência financeira, dar autonomia para a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, com a finalidade de elevar os índices de desempenho da educação básica (BRASIL, 2014).

Todos os diretores relataram que o programa é de extrema importância. Um diretor da escola municipal e um da escola estadual justificaram a importância do PDDE para a manutenção da escola, outro diretor da escola estadual acredita que o programa é importante por proporcionar autonomia para a escola na utilização da verba, e um professor de EF do município relatou que a verba do PDDE é a única fonte de recurso da escola. A partir dessa resposta percebe-se certo desconhecimento do professor em relação aos recursos que a escola recebe.

Sobre a distribuição da verba, um diretor da escola municipal relata que é feita de acordo com as necessidades da escola, outro diretor explica que o recurso é dividido e utilizado dividindo uma parte para aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, a outra parte para limpeza e materiais, e a outra parte para expedientes da secretaria e materiais pedagógicos. Já os diretores das escolas estaduais, um relata que é utilizado para compra de materiais permanentes e o outro diz que é destinado à aquisição de materiais de limpeza e pedagógicos. Percebe-se certa uniformidade no modo como esta verba é utilizada, mas a limitação é imposta pelo próprio programa, que determina em quais setores o recurso pode ser gasto, dentro da escola.

Sobre a escolha dos membros da UEx, em uma escola municipal é feita através de reuniões e eleições, e acreditam que é importante a UEx, pois se constitui de membros que estão ligados diretamente à escola. Neste local, fazem parte da UEx professores, pais e membros da comunidade escolar. Na outra escola municipal foi relatado que o diretor é o presidente e os outros membros são eleitos por indicações. É importante que sejam devidamente escolhidos, pois devem desempenhar sua função com êxito para contribuir com a melhoria da escola. Não foi divulgado quem faz parte da UEx nesta instituição. Em uma escola estadual a escolha dos membros é feita por votação, e fazem parte da UEx desta escola um presidente, um tesoureiro, um representante de pais, alunos e professores. E por fim, na outra escola estadual, acreditam que os membros são importantes por conhecerem melhor a realidade escolar, e fazem parte somente a diretora, professores e coordenadores.

Sobre os subprojetos do PDDE específicos para a EF, apenas um diretor da escola estadual relata ter conhecimento, os demais afirmam não conhecer. Em relação aos professores de EF, dois deles, um da escola municipal e um da escola estadual, relataram conhecer os subprogramas, porém não conseguiram citá-los, ou se confundiram com programas que não fazem parte dos que estão previstos pelo PDDE. Nenhum membro das UEx, tanto das escolas estaduais quanto das municipais, conhece os subprojetos específicos da EF.

A EF para uma escola municipal e uma estadual é vista pela gestão como uma disciplina comum que faz parte do currículo, sendo trabalhada por um profissional da área. Já em uma das escolas estaduais o diretor valoriza a EF como uma disciplina importante, que transmite conhecimentos para a vida dos alunos. E em uma escola municipal a diretora relata a EF “como atividade de estímulo para a criança”.

No que se refere às decisões para aplicação da verba do PDDE, em todas as escolas os membros da UEx relataram que a EF não é vista como prioridade, porém relataram que a disciplina é contemplada com a verba. As gestões das escolas municipais e de uma escola estadual, de forma semelhante, relataram que a EF não é vista como prioridade, mas que também recebe benefícios dessa verba, assim como as outras disciplinas. Apenas um diretor de uma escola estadual relatou que a EF é vista como prioridade nas decisões sobre aplicação da verba, e que essas decisões são pensadas coletivamente. Os professores de EF apresentaram respostas diferentes. Um professor de uma escola municipal acredita que a EF é pensada pela escola como uma disciplina responsável por desempenhar movimentos e trabalhos sociais. Na outra escola municipal a professora menciona que a disciplina é pensada de forma simples, com limitações da escola. Já a professora da escola estadual afirma que a escola vê a EF apenas como uma disciplina da grade curricular, e o outro professor da escola estadual expõe que a EF é pensada e valorizada pela escola, justificando que todos os projetos da área geralmente são aprovados e executados.

Nenhum professor de EF das escolas selecionadas faz parte da UEx, e sobre a atuação do professor de EF nas decisões, em uma escola municipal e uma estadual eles participam apenas informando o que é necessário para sua disciplina. Na outra escola municipal o professor não participa, segundo a diretora por não ter tempo, ele fica alheio, e na outra escola estadual o professor participa da decisão por meio do plano de ação e de sugestões.

Os professores de EF das escolas municipais relataram que a distribuição da verba do PDDE é transparente, já das escolas estaduais, uma professora disse que nunca procurou saber, e na outra escola o professor mencionou que é parcialmente transparente, pois só tem informações sobre a sua área.

Conclusões

Com a proposta de verificar como a disciplina de EF se beneficia ou não da verba pública enviada às escolas pelo PDDE, inicialmente buscou-se compreender, por meio de

estudos teóricos, o surgimento deste programa e as possíveis contribuições deste recurso para a escola.

Com o desenvolvimento da pesquisa, de forma geral, obteve-se como resultados a percepção que todos os participantes conhecem o PDDE e seus objetivos, embora aparentemente de forma superficial, porém nenhum dos sujeitos demonstrou ter conhecimento dos subprogramas da EF.

Percebeu-se que a EF recebe benefícios do PDDE em todas as escolas envolvidas na pesquisa, porém não participa de nenhum subprograma específico para a esta área. E nenhum professor de EF faz parte da UEx, porém na maioria das escolas a UEx não possui característica própria, as decisões da utilização da verba geralmente são tomadas pelo gestor, às vezes com ajuda de poucos membros da comunidade escolar, e em alguns casos o assunto é levado para reuniões, para cada professor apresentar sua demanda para a disciplina que ministra, mas sempre se vê quais são as necessidades da escola como prioridade.

Foi possível perceber certo desconhecimento sobre o que é o PDDE, sobre os subprojetos vinculados a este programa e sobre a forma mais adequada de receber, gerir e socializar as decisões dentro do contexto escolar. Porém, todos os envolvidos na pesquisa relataram a importância do programa para a escola.

Os resultados, portanto, não são conclusivos, apenas apresentam uma versão do tema, que precisa ser investigada *in loco*, com a utilização de outros instrumentos como a observação e o grupo focal, por exemplo.

Referências

ASSIS, Renata Machado de. **O Ideb nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Jataí-GO: qualidade, avaliação e interferências**. Goiânia, GO, 2014. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2014.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos Estudos**, São Paulo, n.88, p.153-179, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INEP. MEC. **Compromisso Todos pela Educação**. 2011a. Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/compromisso-todos-pela-educacao>>. Acesso em: 13 out. 2015.

INEP. MEC. **Portal Ideb**. 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 10 out. 2015.

JATAÍ. Goiás. **Prefeitura Municipal de Jataí**. s.d. Disponível em: <<http://www.jatai.go.gov.br/vvbv>>. Acesso em: 1 out. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo, SP: Editora, 2006.

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. **Gestão financeira descentralizada**: uma análise do Programa Dinheiro Direto na Escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.